

Da valorização da identidade dos povos do campo na África e no Brasil à nova perspectiva de Extensão Rural para o Semiárido Brasileiro

Tiago Pereira da Costa¹
José Moacir dos Santos²

¹Técnico em Agropecuária, Gestor Ambiental, Especializando em Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa e ATER, e em Desenvolvimento Sustentável no Semiárido com Ênfase em Recursos Hídricos. E-mail: tiagoefas@hotmail.com.

²Técnico em Agrícola, Pedagogo e Especializando em Metodologia Participativa Aplicada à Pesquisa e ATER. E-mail: moacir@irpaa.org.

RESUMO

O Semiárido Brasileiro vive uma situação semelhante à da África. Durante muito tempo ficou excluído das políticas públicas sociais e econômicas e nas últimas décadas se vê na urgência de se desenvolver a ponto de alcançar os níveis de desenvolvimento das regiões Sul e Sudeste, no que se refere à educação, renda e tecnologia. Há um choque cultural entre a proposta da extensão, desenvolvida nos Estados Unidos, aclimatada no Sul do País e imposta a uma população que por conta do abandono político desenvolveu estratégias de sobrevivência próprias de cada região ou grupo étnico, e a cultura tradicional que na maioria das vezes não se insere no modelo neoliberal da revolução verde. Nós extensionistas na maioria das vezes menosprezamos esse saber secular e tentamos queimar etapas inserindo propostas de produção que não interagem nem com o clima, nem com a cultura local e nem com as necessidades das famílias.

A experiência de Paulo Freire na África nos ensina a buscar construir uma proposta de extensão rural que parta da realidade local, potencializando o que já é cultural e vem dando certo há muitas gerações, que valorize as pessoas e seu modo de vida, que seja uma proposta que empodere as famílias e as incentive a elas mesmas buscarem a solução para seus problemas, que seja de fato uma assessoria técnica e não uma assistência técnica.

Palavras chaves: Semelhança África e Brasil; Políticas públicas; Extensão rural; ATER; Educação popular.

Identity Valorization of Rural African and Brazilian Peoples: Towards a New Perspective of Rural Extension for the Brazilian Semi-arid Region

ABSTRACT

Semi-arid Brazil passes through a situation similar to that of Africa. For a long time it has been excluded from the social and economic public policies. In the last decades there was seen the urgent need to develop this region in order to reach the levels of development of Southern and Southeast Brazil, with regard to education, income and technology. There exists a cultural clash between the proposal of the extension service developed in the United States, acclimatized in Southern Brazil and imposed on a population that, because of the political abandonment, has already developed its own survival strategies according to each region or ethnic group, and the traditional culture that most often not combines with the neoliberal green revolution model. We as extension workers often underestimate this secular knowledge and try to skip stages by introducing production proposals, which do not interact with the climate, with the local culture or with the needs of the families.

Paulo Freire in his experience in Africa teaches us to try to build a proposal of the rural extension that starts from the local reality, enhancing what is already a cultural practice and what has been working for many generations, what gives value to the people and their way of life, which is a proposal that empowers families and encourages them to seek the solution of their problems by themselves, being in reality a technical advisory service and not a technical assistance.

Keywords: Similarity between Africa and Brazil; Public policies; Rural extension service; ATER; Popular education.

INTRODUÇÃO

O livro *África ensinando a gente*, de Paulo Freire e Sérgio Guimarães, relata a experiência de Paulo Freire na década de 1970, em países africanos (Angola, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe) recém independentes de Portugal e que buscam urgentemente uma unidade nacional entre todos os povos e etnias que durante 500 anos foram forçados a viverem em um mesmo sistema político e cultural e que agora precisam encontrar uma maneira de continuarem vivendo juntos, apesar das diferenças, e construir uma nação soberana, independente e em paz, com justiça social. Uma nação que sai de uma situação de colônia e que precisa urgentemente se postar como nação em uma conjuntura de neoliberalismo globalizante. Uma conjuntura fortemente dominada pela capacidade tecnológica.

Durante a luta pela independência e logo depois da independência, esses países passaram por uma guerra civil, alimentada pela Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, que enxergavam uma oportunidade de expandir a sua ideologia. Com o final da guerra civil os partidos vitoriosos foram os apoiados pela União Soviética, mas tiveram de fazer coalizões com os partidos apoiados pelos Estados Unidos. Além da diferença histórica entre as etnias que compõem essas nações, se faz necessário esse jogo de cintura para uma boa e pacífica articulação política entre duas formas de governo.

Dentre muitos desafios enfrentados por essas nações se destaca o desafio de ter uma língua nacional, onde existem até 60 línguas maternas, a língua crioula (mescla de línguas maternas e a língua do colonizador) e a língua portuguesa. 95% da população é de analfabetos que não sabem ler nem escrever em português, pois não falam português e suas línguas maternas não têm a cultura da escrita, são línguas apenas faladas, a cultura da oralidade prevalece.

Politicamente fica decidido que a língua que mais unifica a nação é justamente a língua do colonizador que acaba de ser expulso e é a língua menos falada no país.

A contribuição de Paulo Freire é ajudar a desenvolver um método de alfabetização de jovens e adultos, mas principalmente a formação de professores para trabalhar com a educação infantil na língua portuguesa. Além da dificuldade em desenvolver um método eficiente era necessário convencer os nacionais de que a língua portuguesa era de fato a melhor língua para o fortalecimento e a unificação da nação.

Conhecendo a experiência de Paulo Freire na África vamos fazendo comparações com o contexto do Brasil, em especial o contexto da extensão rural no Semiárido do Brasil. No Brasil não temos o problema (ou a oportunidade) de muitas línguas, pois já no início da República fomos obrigados a falar unicamente português para evitar o risco de surgimento de grupos separatistas. Porém, temos diferenças linguísticas regionais e diferenças linguísticas entre o campo e a cidade, entre os letrados e os não letrados, temos a linguagem culta e a linguagem popular. No Semiárido não temos várias nações, mas temos vários povos e comunidades tradicionais e camponeses que, apesar de usarem a mesma língua, têm culturas diferentes no que se refere aos modos de organização social e modos de organização do trabalho. Na prática extensionista nos deparamos frequentemente com situações de dificuldades de comunicação entre o camponês e o técnico extensionista.

Na convivência, o próprio Paulo Freire percebia a semelhança de nossas culturas com a Africana, no jeito de usar o corpo, de andar e de movimentar-se, da nossa resistência (sobrevivência), estratégia para podermos conviver com a seca. Paulo Freire (2003, p. 18) ainda na sua fala não deixa de enfatizar que o povo africano após cinco longos séculos castigado pelos colonizadores não perderam e não deixaram sumir traços de sua cultura. Façamos uma reflexão do processo de colonização do Brasil, onde de fato as capitânicas não chegaram. Até hoje existe a resistência da cultura, o Nordeste é exemplo disso.

Também é colocado que na busca acelerada de acompanhar o avanço tecnológico (mundo globalizado) foram queimadas as etapas e que de fatos seus representantes não a respeitaram quando foram buscar o tempo perdido ou tentar recuperar tendo uma falsa realidade que continua escravizando.

Há um discurso sobre a realidade do Semiárido em que estamos inseridos, e que de fato se assemelha muito com a realidade vivida por Freire nos locais que vivenciou essas experiências, muitas dessas realidades evidenciadas pela negação dos seus direitos.

O Semiárido vive uma situação semelhante à da África. Durante muito tempo ficou excluído das políticas sociais e econômicas e nas últimas décadas se vê na urgência de se desenvolver e alcançar os níveis de desenvolvimento das regiões Sul e Sudeste, no que se refere à educação, renda e tecnologia. Há um choque cultural entre a proposta da extensão, desenvolvida nos Estados Unidos, aclimatada no Sul do País e imposta a uma população que por conta do abandono político desenvolveu estratégias de sobrevivência próprias de cada região ou grupo étnico, e a cultura tradicional que na maioria das vezes não se insere no modelo neoliberal da revolução verde. Nós extensionistas na maioria das vezes menosprezamos esse saber secular e tentamos queimar etapas inserindo propostas de produção que não interagem nem com o clima nem com cultura local.

É possível fazermos um diálogo entre o saber popular e saber científico, identificar e aproveitar o que tem de positivo nos dois e excluir o que tem de negativo em ambos, como diz Paulo Freire (1987, p. 68) em outros discursos de sua obra que devemos ter consciência de que não existe saber mais ou saber menos, existem saberes

diferentes, e se com a educação não podemos mudar o mundo também sem ela o mundo também não muda.

A ÁFRICA ENSINANDO A GENTE – SEMELHANÇA COM O BRASIL

Após compreender os povos Africanos, percebem-se semelhanças com os povos do Semiárido Brasileiro, povo nutrido pela esperança, sonhos, desejos, novas realidades. A ESPERANÇA é, enfim, a capacidade possibilitada pela perene e eterna incompletude dos homens e das mulheres, pois a cada conquista surgem (e devem surgir) novos desejos, novos sonhos, nova realidade. Ela é a maior possibilidade de elo vital entre a África explorada e sofrida e a África sonhada da promessa que todos e todas do mundo – e não só os africanos e africanas – queremos, solidariamente (FREIRE, 2003, p. 21).

Segundo Paulo Freire (2003), assim como os africanos, os brasileiros desenvolveram formas de resistência à opressão dos colonizadores e entre esses traços de resistência estão embutidas as manhas que, se não deixam ficar esquecidas as suas raízes, impedem o enfrentamento dos problemas e assim de as pessoas se tornarem sujeitos, donos de sua própria história. De prosseguirem à procura de sua verdadeira identidade histórica e cultural. Sentiam com prazer o odor da terra quente molhando-se com a água da chuva que produzia um cheiro característico que gera vida e morte no ciclo que se consuma não só na exuberância do cheiro exalado pela natureza, mas na renovação da vida – fenômeno tropical. Portanto, faz-se necessário encontrar as possibilidades de concretude das ações editadas dos sonhos possíveis nacionais, para que eles, como povos, se façam parceiros iguais pelas diferenças de todos os povos e nações do mundo. Por isso, a urgência e a importância de prestarmos atenção à África como um continente que tem de se inserir como “sujeito diferente” assim como o Semiárido Brasileiro, diante das suas enormes contradições e fragilidades, no processo de mundialização que os possa libertar como nações livres e independentes, tendo em vista suas especificidades.

Os povos inseridos no ecossistema Semiárido do Brasil não podem continuar seguindo no caminho já tão conhecido por elas do secular esvaziamento de sua criatividade, de suas inteligências, de sua imensa capacidade de resistência, de suas riquezas naturais, como vêm fazendo hoje, planetariamente, os “donos” da globalização da economia que se nutrem no neoliberalismo. Portanto, faz-se necessário pensar um novo modelo de caminhos considerando suas especificidades, seus costumes, suas potencialidades, sua cultura, seu povo.

A base para esse novo modelo deve estar pautada e alicerçada nas relações educador-educando, pautadas no diálogo. Isso permite a socialização das vivências das pessoas, ancoradas em dificuldades e conquistas, por meio de um processo histórico de vida, que são marcadas por recordações do passado e do presente, e pelas novas mudanças e inovações que vão se estabelecendo com o passar do tempo.

UMA NOVA EXTENSÃO RURAL SE CONCRETIZANDO

Precisamos aprender a compreender o momento histórico e cultural do campo e ter a clareza de que muitas das propostas que levamos como desenvolvimento na

verdade não são desenvolvimento sustentável, pois não são próprias de nossa cultura, nem nossa sociedade e tampouco de nosso ambiente natural.

Nós, os nativos do Semiárido, quando temos a oportunidade e acesso à educação formal, somos levados a nos alienarmos de nossa realidade, nos sentimos como sendo outros, de fora, chegando para trazer a luz para aqueles que até pouco tempo éramos nós mesmos. Paulo Freire (2003) fez questão de enfatizar a importância de não queimar etapas e de termos a clareza política de que estamos trabalhando para nós mesmos e que temos muito conhecimento, mesmo e talvez, justamente por não termos tanto tempo de escolaridade em uma escola que não enxerga a realidade local. Quanto menos escolarizado menos colonizado. Tendo essa consciência histórica é possível fazermos um diálogo entre o saber popular e saber científico e criarmos novos saberes, capazes de responder às atuais necessidades.

Enquanto na África o que estava em jogo era a língua a ser oficializada, o seu modo de ler o mundo, seu modo de se relacionar com os outros seres da natureza e com os seres humanos, no Semiárido estamos saindo de uma cultura de produção para a subsistência e sendo inseridos em uma condição de agricultura de mercado em um mundo globalizado. As diferenças culturais são gritantes entre a economia de mercado e a economia de subsistência. Contudo, semelhante ao que acontece na África, quando o trabalho passa a ser feito com os locais, para os locais e a partir dos locais, essas duas tendências vão se transformando em uma outra proposta, no caso do Brasil e do Semiárido em uma proposta de Agricultura familiar, que visa além da subsistência o mercado sem no entanto perder sua característica de solidariedade.

Em relação à educação, de modo geral se constata que os currículos não levam em conta as especificidades da realidade do campo. A escola já existe no campo, mas ainda não é do campo. Os livros escolares estão cheios de imagens e referências ao Sul ou às regiões chuvosas. O Semiárido como região típica não é abordado. Fala-se globalmente do “Nordeste” e quando se menciona a área da Caatinga, sempre com atributos negativos, deixando na mente das pessoas convicção da inviabilidade da terra natal dele. Esta situação é extremamente prejudicial para uma ATER bem sucedida, que quer mostrar exatamente o contrário: a viabilidade econômica e a potencialidade enquanto espaço de vida da grande região semiárida do Brasil, com diversas possibilidades que podem garantir a superação da realidade atual de extrema pobreza vivenciada por dezenas de famílias.

Para melhorar a educação no campo se faz indispensável uma ATER bem estruturada que contribua para que a educação escolar produza e fortaleça um saber que favoreça a melhoria das condições de vida das populações, em uma perspectiva de “Educação para a Convivência com o Semiárido”, fortalecendo nas escolas rurais a necessidade de se praticar uma Educação Contextualizada à sua realidade para a obtenção do sucesso, que não pode ser completo se as famílias permanecerem em situação de extrema pobreza.

A pobreza de conhecimento, de formação política, inibe a ação popular no sentido de exigir a garantia de seus direitos. A falta de qualidade de vida (geração de renda, alimentação saudável, acesso à água, à terra para produção, serviços de saúde,

educação, etc.) é consequência também desta inércia, fazendo com que a população seja omissa frente às ameaças que impedem ou atrasam o processo de desenvolvimento local favorável à maioria.

Segundo Paulo Freire (2000, p. 31), “a educação sozinha não provoca mudanças, sem ela tampouco a sociedade muda”. Não há dúvida, portanto, de que a proposta de ATER precisa intervir também nos processos sociais, valendo-se de instrumentos como a reflexão e a ação ancorada em uma prática coletiva em prol da melhoria de vida das famílias e comunidades assessoradas.

Os serviços de ATER devem, portanto, orientar as famílias e suas comunidades na busca de soluções definitivas para o abastecimento de água para consumo humano e para a produção. Isso deve ser feito aliado ao fortalecimento da organização social presente, principalmente através do associativismo. Além disso, o trabalho educativo não formal em relação ao uso da água (tratamento e higienização) e manejo (combate ao desperdício, formas de melhor utilização, tipo de água para cada uso) deve ser realizado, ajudando a resolver o problema.

Traçar estratégias e desenvolver ações para o alcance da igualdade cidadã, de direitos e deveres, que envolva jovens, adultos, crianças, mulheres, negros/as, brancos/as, indígenas e mestiços/as, é papel de um serviço de ATER de qualidade e comprometido com a diminuição do índice de pobreza nos municípios do país.

Deste modo, a intervenção dos agentes de ATER deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento e as especificidades locais. Isso se traduz, na prática, pela animação e facilitação de processos coletivos capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos protagonistas envolvidos. Esta metodologia deve permitir, também, a avaliação participativa dos resultados e do potencial de replicabilidade das soluções encontradas, para situações semelhantes em diferentes ambientes.

Para tanto, a metodologia traz consigo a intencionalidade da ação, seu sentido, sua razão de ser. Para sua concretização, utiliza-se de técnicas. Conforme alguns princípios da Política Nacional de ATER, no desenvolvimento das ações teóricas e práticas concretas devem ser utilizadas algumas estratégias que contribuirão para a emancipação das famílias, a partir do conhecimento construído, da estruturação socioproductiva e do fortalecimento organizacional e gerencial das organizações sociais existentes nas comunidades. Para tanto, se faz necessário:

- Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos, participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.
- Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações.

- Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Alguns elementos desta metodologia seriam:

- A busca constante da construção coletiva do conhecimento, acreditando que todas as pessoas, quer sejam letradas ou não, são capazes e são produtoras de conhecimento;
- A construção do conhecimento de forma participativa, partindo da realidade das pessoas, levando em consideração, aprofundando e aperfeiçoando o conhecimento existente;
- Levar em consideração que todos somos aprendizes e professores, técnicos e comunitários;
- Exercitar a arte de saber falar e de saber escutar;
- Vincular teoria e prática.

Assim, o processo metodológico da ação será desenvolvido em uma abordagem metodológica com um caráter participativo, pautado no processo de pesquisa-ação, valorizando os conhecimentos tradicionais/populares (empíricos), integrando as vivências e trajetórias das famílias rurais, às ações a serem desenvolvidas pela Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER.

As ações a serem desenvolvidas devem ser pautadas e fundamentadas nas experiências que os/as agricultores/as familiares já têm sobre o processo de produção, organização, gestão e comercialização, onde a partir daí começa a refletir e compreender um conjunto de aspectos, técnicas e métodos que ajudam a potencializar os trabalhos em suas comunidades. Partimos do princípio de que a família do Semiárido Brasileiro – SAB tem um vasto acervo de conhecimentos, práticas e tecnologias, seja no plantio da roça, seja na criação e lida com gado bovino, caprino e ovino, no beneficiamento dos seus produtos que a permitiram e permitem viver e sobreviver em um ambiente de clima muito instável. São também bons comerciantes para comprar seus insumos e negociar os produtos da propriedade. Potencializar a participação dos agricultores e das agricultoras nas ações será uma das prioridades, considerando a importância da troca de experiências e a busca de soluções para os problemas discutidos e analisados coletivamente. O diagnóstico, as orientações técnicas, as visitas técnicas realizadas, os cursos, as oficinas e a avaliação das atividades também devem garantir a interação da equipe técnica e do público beneficiado, com vistas a colocar em prática o itinerário pedagógico: **conhecer, refletir e intervir**.

É preciso se aprofundar nas relações entre saber científico e saber popular. Não pode haver nenhuma glorificação do saber popular, nem existe um saber científico

absoluto. A cada dia assistimos como saberes científicos, aparentemente seguros, são derrubados por mais novas pesquisas. O procedimento deve se aproximar aos sugerido por Paulo Freire no seu livro *Extensão ou comunicação?*, que o agrônomo/técnico/extensionista seja um educador-educando, o que implica que o agricultor ou agricultora sejam educandos-educadores. Evidentemente, na mente do agrônomo/técnico/extensionista, a queimada da roça é prejudicial à terra, a seus micro-organismos significa o início de erosão e perda de solo, influencia o regime das chuvas e reduz, depois do impulso inicial, a fertilidade do solo. Mas na tradição do agricultor a queimada só traz benefícios: afasta animais peçonhentos, é a única maneira de obter terra limpa, pois não dispõe de máquinas ou animais de tração e providencia uma adubação inicial magnífica. Em épocas de campos abertos, sem cercas e baixa densidade populacional este procedimento dava certo, pois a cada três anos se podiam brocar e queimar uma nova roça e voltar para ela após ter sido coberta de capoeira densa em 10 ou 15 anos.

Nas ações de ATER é preciso considerar como essencial os princípios agroecológicos, a construção do conhecimento, a troca de saberes e experiências, uma visão holística (visão de todos os elementos que compõem e que ajudam a compor a propriedade) e o uso de uma metodologia pedagógica participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania, sempre respeitando os saberes dos agricultores e agricultoras familiares para que desenvolva ações nas comunidades de forma coletiva.

Vale ressaltar que o trabalho não deve estar focado em uma transferência de tecnologias de maneira pontual, mas com um enfoque sistêmico e na compreensão holística do ambiente, incluindo os aspectos, clima, Caatinga, história, cultura, política, economia, gênero, juventude, etc. Além disso, as temáticas envolvidas nos trabalhos devem estar baseadas nos princípios da Agroecologia, da Convivência com o Semiárido, do fortalecimento das organizações sociais, da organização da produção para a comercialização, garantindo a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural das comunidades rurais, assim como a conservação dos ecossistemas naturais que envolvem estas sociedades, para a vivência digna das gerações atuais e futuras.

Outro aspecto importante é que essa metodologia pedagógico-educativa busca tornar o produtor independente, pois a partir do momento em que ele se apropria do conhecimento adquirido a partir do contato com a ATER, ele poderá resolver muitos dos seus desafios localmente, sem necessariamente ter que obter o auxílio de um técnico/a. A partir do momento em que ele se apropria dos conhecimentos necessários para viver melhor no seu ambiente, passa a ser um multiplicador local, dando maior amplitude aos serviços de ATER e os conhecimentos construídos aos longos dos anos.

Qualquer perspectiva de formação não se pode olvidar de dimensões hoje denominadas de transversais. Quando afirmamos serem estas algumas dimensões transversais queremos, com isso, dizer que estes não são temas a ser tratados como se fossem um tema específico. Antes, são dimensões que devem informar a totalidade das ações de formação, gerando interferências nestes âmbitos. Tais dimensões dizem respeito mais diretamente aos grupos que sofrem discriminações mais exacerbadas pelo tipo de desenvolvimento que, hoje, se constrói que são aquelas de gênero, etnia e geração. Por esta razão, devem ser objeto especial de atenção, na linha de inclusão.

Ao lado disso, uma questão específica se impõe, em qualquer trabalho formativo que objetive incentivar a cidadania, a transformação da sociedade no rumo de um desenvolvimento sustentável, isto é, as políticas públicas. De fato, se não se interfere em políticas públicas, o trabalho pode ser bonito, interessante, exemplar, mas permanece isolado e sem perspectivas de se ampliar e atingir a sociedade no seu todo.

É interessante observar que em todas as atividades realizadas pelas instituições ocorre a presença forte de jovens e mulheres, hoje categorias indispensáveis quando se pensa em melhoria da vida das famílias do campo a partir de ações estruturantes. Entendemos, através dos seus depoimentos, que as propostas e procedimentos oferecidos representam para esta parcela da população uma resposta para seus desafios. Os jovens hoje, de maneira geral com melhor formação escolar do que seus pais, querem permanecer no campo, porém com dignidade, com as mesmas ou melhores condições do que na cidade. Por isso estão dispostos a participar e interferir nas políticas públicas no município, agora com mais conhecimento de causa.

Para finalizarmos, a ATER tem que se entender provisória e ter clareza da transitoriedade de sua ação. Por conseguinte, sua ação básica deve ser aquela de incentivar a criação e/ou apoiar o surgimento dos grupos de base que explicitem e sejam instrumentos da organização das pessoas, apostando na sua formação (ação geradora de capital social) para que estes grupos, por sua vez, efetuem, na realidade, as transformações necessárias à construção do desenvolvimento. Nestes processos, ao falarmos de grupo, nos referimos às associações, cooperativas, grupos de interesses, grupos produtivos, redes, dentre outros. A filosofia básica da ação formadora será, por conseguinte, aquela de gerar capacidades instaladas, sob todos os pontos de vista, para que estes grupos, pouco a pouco, assumam sua história e nela processem as transformações necessárias no rumo da justiça social.

Para isso, no entanto, deve a ação assumir determinadas características políticas e metodológicas que passamos a detalhar:

a) **ser processual** – na medida do possível, as mesmas pessoas que iniciaram uma caminhada devem segui-la até o final. Os diagnósticos, as orientações técnicas, as oficinas, os dias de campo, os cursos, as reuniões, os encontros de avaliação, devem seguir-se em uma linha processual e crescente. Não se deve, por conseguinte, dar espaços a eventos isolados, ao curso pelo curso, a acontecimentos soltos e sem interconexão com objetivos e estratégias. Nesta linha de formação, as pessoas crescem, aprendem, se modificam e modificam a realidade.

b) **centrar-se na avaliação e projeção da prática** – o processo formativo não se identifica com simples veiculação de conteúdos e nem com erudição. O processo formativo deve criar, para os agricultores/as, ocasião de analisar suas práticas e a própria realidade, de sorte a gerar um conhecimento suficiente para se traduzir (o conhecimento) em intervenção na própria realidade.

c) **Conteúdo orientado** – o conteúdo novo, indispensável, será basicamente oriundo do debate, da ação, da análise da prática. A esse, no entanto, devem somar-se outros conteúdos, já gerados na prática e na história das comunidades, como modo de aprofundar e ampliar o conhecimento produzido e, assim, a ação dos grupos.

Alguns desses conteúdos estão elencados na parte em que se delineiam os aspectos específicos da formação, em termos de temas. Deste modo, o conteúdo disponibilizado nunca deverá ser no estilo acadêmico de erudição.

d) **Crítica questionadora, propositiva, produtora de novos conhecimentos** – assumida nas dimensões acima elucidadas, a formação, certamente, terá contornos críticos e questionadores. Efetivamente, será sempre avaliadora da prática e da história não apenas dos próprios grupos, como da própria sociedade. Tal formação será, igualmente, crítica dessas mesmas práticas, confrontando-as com referenciais outros de sociedade, com outras propostas, com suas próprias incoerências e inconsistências, de modo a se poder gerar novos conhecimentos e, a partir deles, novas posturas ante a realidade social.

e) **Considere os formandos como sujeitos** – assumir os formandos como sujeitos da história e construtores do conhecimento, coletivamente, e não simplesmente como depositários inertes de informações e conteúdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a extensão rural passa a ser significativa quando a família camponesa está inserida no processo, ao mesmo tempo em que aprende também ensina. A possibilidade de os filhos dos agricultores serem os técnicos extensionistas tem mudado enormemente a cara da extensão, bem diferente de quando a extensão era feita por pessoas de outras regiões, geralmente urbanas, carregadas de preconceito contra a população do campo, em especial as pessoas do campo do Semiárido.

Com isso percebemos a participação ativa dos adultos na discussão sobre o papel e os objetivos da extensão e eles mesmos fazendo pesquisa, fazendo experimentação e estendendo seus conhecimentos através da metodologia de intercâmbios e trocas de experiência. Nesse caso o agente de ATER assume de fato o papel de mediador da troca de conhecimentos. Segundo Paulo Freire (1996) esse é o papel que o educador deve assumir: o de mediador de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, Francisco Roberto (Org.). **Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília: 2009. 398 p.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Bases para uma política nacional de formação de extensionistas rurais**. Brasília: 2009. 55 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, A. **África ensinando a gente.** São Paulo: Paz e Terra, 2003. 228 p.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido - uma visão holística.** Brasília: Confea, 2007. 140 p. (Pensar Brasil)

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – ATER. DATER/MDA, 2010.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

COSTA, Tiago Pereira da; SANTOS, José Moacir dos. Da valorização da identidade dos povos do campo na África e no Brasil à nova perspectiva de Extensão Rural para o Semiárido Brasileiro. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 3, n. 2, p. 112-122, edição especial, 2015. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 26 jan. 2015.

Aprovado em: 15 abr. 2015.